

## UMA BREVE ANALISE DAS JORNADAS DE JUNHO: NOVAS INSURGÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DO PLANEJAMENTO URBANO

Aldrey Cristiane Iscaro

aldreycris@hotmail.com

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

### **Introdução**

O vídeo do comercial “O gigante não está mais adormecido”, que a Johnnie Walker produziu em 2011 especialmente para o Brasil, celebra o progresso brasileiro. Uma das inspirações da famosa marca de Whisky foi o verso “Gigante pela própria natureza”, do Hino Nacional, escrito por Joaquim Osório Duque Estrada em 1909. De acordo com a propaganda, uma lenda diz que o futuro pertencia ao gigante, mas que ele nunca acordaria e que o futuro seria para ele sempre isso: o futuro. No entanto, com o passar do tempo, ficou claro que nem mesmo as lendas devem dizer ‘nunca’. O gigante acordou, ergueu-se sobre a terra da qual era parte e ficou de frente para o horizonte.

No entanto, quem conhece a cultura do Rio de Janeiro sabe das histórias e muitas lendas sobre o ‘Gigante de Pedra’, também conhecido por o ‘Gigante Adormecido’, eternizado pelo poeta Gonçalves Dias (1823-1864) e pelas muitas pinturas de artistas estrangeiros que passaram pela cidade, sobretudo no século XIX. Quando se entra pelo Norte na Baía de Guanabara, é possível apreciar, de longe, uma cadeia de montanhas de aproximadamente 20 quilômetros. Com um pouco de criatividade, o formato lembra o de um corpo de um homem deitado, sendo que, neste perfil, a cabeça é a Pedra da Gávea (842 metros de altitude) e os pés, o Pão de Açúcar (396 metros de altitude). Junto ao litoral carioca, o “vulto humano” se estende por bairros das zonas Sul e Oeste, compreendendo os bairros da Barra da Tijuca, São Conrado, Leblon, Ipanema, Copacabana, Botafogo e Urca, como se estivesse protegendo a costa litorânea.

Coincidências ou não com o mundo publicitário, as expressões ‘O gigante acordou’, bem como ‘Vem pra rua’ – lançada na campanha de marketing criada pela Fiat para

a Copa das Confederações – tomaram as ruas e o mundo virtual em cidades por todo o país com a onda de mobilizações em torno da redução da tarifa do transporte público neste ano de 2013. Mas o que foi esta onda de protestos? O que aconteceu para que mais de um milhão e meio de pessoas em quase todas as capitais do país e em centenas de cidades brasileiras saíssem às ruas protestando? Qual é a natureza e o sentido das manifestações que tomaram o país, configurando um dos maiores movimentos populares da história do Brasil?

Este paper tem como objetivo compreender brevemente estas manifestações, uma vez que se trata de um fenômeno social importante, amplo e complexo, abrangendo muitas cidades brasileiras e com grande repercussão midiática nacional e internacional, envolvendo o Estado e diversos atores da sociedade civil. A relevância deste fenômeno reside no fato de que um grande número de pessoas foram às ruas, algo pouco comum atualmente e que, por isso, colocou o mês de Junho de 2013 em evidência na história do país.

### **Uma breve análise das Jornadas de Junho**

O final dos anos 1970 e os anos 1980 foram um dos períodos mais importantes da história do país no que diz respeito às lutas, movimentos sociais e novos projetos para o Brasil. Os movimentos populares ganharam destaque tanto no cenário brasileiro quanto nas pesquisas acadêmicas neste período a partir da luta pela “construção democrática” e em relação às muitas carências que afetavam as suas sobrevivências imediatas no espaço urbano, tais como a falta de moradia, o desemprego, o déficit de saúde pública, o custo de vida e a precariedade de transporte coletivo (Doimo, 1995; Sader, 1995). Esta “rede movimentalista” estava pautada em um campo ético-político, nos quais princípios como autonomia e promoção de igualdade e de justiça social entram em cena com o objetivo de combater o Estado autoritário e ditatorial (Doimo, 1995).

Se nas décadas de 1970 e 1980 as reivindicações que concernem à temática do transporte público estavam relacionadas com a atuação do Movimento de Transportes Coletivos (MTC), hoje, o principal movimento social atuante na questão é o Movimento Passe Livre (MPL). O Movimento Passe Livre é um movimento social que luta pelo transporte público gratuito. Teve sua fundação na Plenária do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2005, após muitas mobilizações anteriores em torno do transporte público, em

especial, a Revolta do Buzu (Salvador, 2003)<sup>1</sup> e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005)<sup>2</sup>. Hoje, este movimento ganhou destaque ao organizar a recente onda de protestos pelo Brasil do ano de 2013 que tinha como objetivo inicial influenciar no referente às políticas públicas em torno do transporte público.

Entendemos aqui, como protesto, métodos não convencionais de ação coletiva com vistas a intervir nas políticas públicas e no processo político de tomada de decisão dos governos. No entanto, O protesto não é uma estratégia de ação exclusiva dos movimentos sociais. Outros atores, tais como partidos políticos ou grupos de pressão também fazem uso do protesto, e, ocasionalmente, compõem alianças com movimentos sociais em algumas causas.

Saravia (2007) explica que uma política pública é composta por um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade social. Podemos considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório da política pública. Saravia (2007) também afirma que a finalidade última das políticas públicas, a saber, a consolidação da democracia, a justiça social, a manutenção do poder, a felicidade das pessoas, constitui o elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Desta forma, as políticas públicas são um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Compartilhamos com a visão de Rolnik (2013), de que estas manifestações são fruto de anos da constituição de uma nova geração de movimentos sociais urbanos, como o Movimento Passe Livre, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis que foram se articulando em redes mais amplas na luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade, visando,

---

<sup>1</sup> A Revolta do Buzu ocorreu em Salvador-BA, quando milhares de jovens, estudantes e trabalhadores fecharam as vias públicas da cidade protestando contra o aumento da tarifa de ônibus durante 10 dias. As mobilizações ganharam força quando entidades estudantis se colocaram como lideranças dos protestos e foram negociar com a Prefeitura, alcançando, após a negociação, 9 das 10 pautas apresentadas, dentre elas a meia-passagem para estudantes de pós-graduação e o direito do uso da meia passagem estudantil nos finais de semana, feriados e férias.

<sup>2</sup> Em 2004, um grupo em Florianópolis, inspirado pela experiência de Salvador, já se articulava numa proposta diferente das organizações estudantis tradicionais. Foi uma semana de intensas mobilizações, e a reivindicação era, mais uma vez, a redução das tarifas de ônibus. Os protestos foram bem-sucedidos, e naquele ano o aumento foi revogado. Em 2005, um novo aumento foi anunciado, porém, após um mês de manifestações, a prefeitura anunciou seu cancelamento.

assim, fazer da cidade cada vez mais não apenas palco, mas também objeto de intervenções dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil. Alguns exemplos são a Primavera Árabe; o Occupy Wall Street; e os movimentos na praça Tahrir, no Egito; na praça Syntagma, na Grécia; no parque Zuccotti, nos Estados Unidos; e na praça Taksim, na Turquia, que, como estas manifestações aqui no Brasil, são compostas majoritariamente por jovens convocados pelas redes sociais, principalmente o Facebook.

A questão da mobilidade urbana, tema que atravessa transversalmente as ‘Jornadas de Junho’, está entrelaçada fortemente com outras pautas e agendas constitutivas da questão urbana, bem como os temas dos megaeventos - em especial, vale pontuar aqui, a Copa, a Copa das Confederações, as Olimpíadas e a vinda do Papa ao Brasil - e suas lógicas de gentrificação e de limpeza social, relata Rolnik (2013). Isso se deve ao fato de que o sistema de transporte coletivo é o ponto nodal na estrutura social urbana, isto é, o acesso à cidade e aos serviços urbanos está condicionado ao uso do transporte público, uma vez que as catracas do transporte público tem a função de barreira física de discriminação entre, de acordo com o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular na cidade e àqueles condenados à exclusão urbana. As ‘Jornadas de Junho’, assim, não são uma luta apenas pelos vinte centavos, mas também, como afirmam Rolnik (2013) e Maricato (2013), pelo acesso à cidade e às políticas públicas urbanas.

Tal expressão, ‘Não é só pelos vinte centavos’, juntamente com a ‘Vem pra rua’ e ‘O Gigante acordou’, são alguns dos muitos slogans das ‘Jornadas de Junho’, que tem como função traduzir as demandas de forma a passar a mensagem das reivindicações dos protestos. Trata-se de frames de ação coletiva. Como explica Gohn (2010), os frames são quadros estruturais estratégicos que dão suporte e sustentação às mobilizações sociais ao expressar seus significados. A criação de ‘bons’ frames é essencial para os movimentos sociais, uma vez que interpretações apropriadas da realidade permitem que um fenômeno cuja origem foi previamente atribuída a fatores naturais, seja transformado em um problema social ou político.

Os frames de ação coletiva, assim, explicam Noakes e Johnston (2005) e Zald (1996), indicam, mostram e explicitam o que está acontecendo no mundo e o que há de importante nele de uma maneira convincente, isto é, o ‘sucesso’ de um frame reside não somente na análise e tradução de eventos e a identificação de seus responsáveis, mas o frame tem que atingir audiência em relação aos próprios membros do movimento social e à sociedade em geral. Em outras palavras, um ‘bom’ frame tem que ressoar. Assim, a chave de

um ‘bom’ frame reside na evocação de símbolos culturais que ressoam na constituição do potencial e na capacidade de motivação – e também simpatia da sociedade – para a ação coletiva.

Podemos dizer, a partir de uma pesquisa preliminar, que os primórdios dessas mobilizações, durante o ano de 2013, ocorreram nas cidades de Porto Alegre e Manaus, no fim do mês de Março, devido ao aumento da tarifa do transporte público, ocasionando, assim, vários protestos, com marchas e bloqueios das principais vias das cidades em questão. Em Porto Alegre, foram realizados vários protestos ao longo daquela semana nas principais ruas da cidade e, principalmente, em frente ao Paço Municipal, com uso de força policial, sendo que dois guardas municipais e um manifestante foram feridos e houve uma pessoa presa. Já em Manaus, os protestos que ocorreram foram pacíficos, também ocorrendo principalmente em frente à sede da Prefeitura, e, em um dos protestos, foi confeccionado um ‘boneco de Judas’ com a foto do prefeito, aproveitando as comemorações da Semana Santa. Após as manifestações nestas cidades, houve uma resposta a essas tentativas de mudança das decisões estatais, a saber, a suspensão do aumento da tarifa em ambas as cidades.

O protesto, em sua forma mais inovadora, disruptiva e radical, é considerado como repertório de ação típico dos movimentos sociais - com vistas a uma tentativa de acesso aos canais de decisão estatais, construir possibilidades de inserir novos temas na formulação da agenda das políticas públicas e de modificar as políticas públicas já implementadas - uma vez que estes atores têm pouco ou nenhum poder de influência nestas decisões (Della Porta e Diani, 1999). Um protesto disruptivo, todavia, é diferente de um protesto violento. A disruptão consiste em impedir as atividades rotineiras dos oponentes, autoridades ou espectadores casuais, forçando-os, deste modo, a ouvir e atender as reivindicações daqueles que protestam.

No entanto, as ações de protesto não são somente uma questão dilemática para quem ‘está de fora’ mas também para ‘quem está nele’. Em relação, por exemplo, à preferência por uma forma<sup>3</sup> de protesto em detrimento da outra, ou seja, a opção por realizar uma marcha, uma ocupação, uma barricada, etc. é, sempre, pensada e escolhida dentre várias opções estratégicas (Della Porta e Diani, 1999). Além disso, este formato procura convencer as autoridades políticas sobre o conteúdo da reivindicação; sua forma tem que ser legítima por parte de seus simpatizantes em potencial; o protesto tem que ser recompensador para aqueles

---

<sup>3</sup> Enquanto protestos já considerados como legítimos e aceitáveis são um fator que influencia a escolha do protesto a ser realizado pelos movimentos sociais, desempenhar protestos inovadores também é uma questão levada em consideração na realização de um protesto.

que estão no movimento; e também deve se apresentar como novo para os olhos da mídia, tarefas estas nem sempre compatíveis. Ainda, novas táticas de protesto são frequentemente criadas com o intuito de ir ao encontro do critério midiático de “newsworthness”, isto é, do que vale a pena ser noticiado. Um evento de protesto deve envolver táticas radicais, um grande número de pessoas ou ser inovador e ou disruptivo para obter a cobertura da mídia, pois tanto o conteúdo da mensagem transmitida pelo protesto quanto à publicidade do protesto são questões importantes para os movimentos sociais. Assim, um protesto de tipo mais moderado, que tende a agradar mais os simpatizantes e atrair suporte ao movimento, raramente será uma preocupação jornalística, isto é, será noticiável; ao contrário de protestos radicais, que chamam a atenção da mídia, mas desagradam grande parte do movimento social.

Para analisar a variação da dimensão e a duração dos protestos, Tarrow (2009) utiliza a noção de ciclo de protestos, que correspondem a momentos intensificados das ações coletivas. Um ciclo de protestos é constituído por uma rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados; com a criação de frames de ação coletiva, transformados ou novos; juntamente com a inovação nas formas de protesto; combinando participação organizada com não organizada; e composto por uma sequência intensificada da interação entre desafiantes e autoridades. Segundo Tarrow (2009), na fase de mobilização de um ciclo de protestos a generalização do conflito começa quando a estrutura de oportunidades políticas<sup>4</sup> - isto é, as portas de acesso ao Estado - se abre para os “primeiros insurgentes”, ou seja, quando suas reivindicações estão em consonância com a de outros atores significativos, originando coalizões objetivas ou explícitas entre diferentes atores, e assim, passam a criar ou reforçar a instabilidade do governo. A ocorrência de protestos simultâneos juntamente com a rejeição das reivindicações dos “primeiros insurgentes” encoraja a busca e assimilação de outros possíveis reivindicadores, diminuindo, desta forma, as restrições e fechamento das oportunidades políticas e expandindo as possibilidades para ampliação dos protestos.

Se no mês de Março surgem os primeiros protestos contra o aumento da tarifa de ônibus em cidades isoladas, abrindo portas para outras mobilizações; no mês de Maio o ciclo

---

<sup>4</sup> As estruturas de oportunidades políticas, explica Tarrow (2009), são dimensões consistentes – porém, não necessariamente permanentes ou formais – do ambiente político, sendo que estas fomentam ou desincentivam a ação coletiva entre as pessoas, uma vez que as pessoas agem coletivamente em função das oportunidades políticas. A relação entre a oportunidade política e o protesto é curvilinear, ou seja, nem a ausência completa de estruturas de oportunidades políticas nem o acesso completo a estas estruturas produzem um maior grau de protesto. Seria mais provável, assim, que os protestos ocorressem em um sistema político com uma mistura de oportunidades políticas abertas e fechadas.

de mobilizações contra o aumento da tarifa do transporte público ganhou mais força. Ocorreram protestos nas cidades de Natal, e, com mais intensidade em Goiânia e São Paulo, com ações de protesto durante todo o mês. No fim do mês, com o decreto que autoriza o aumento da tarifa na cidade de São Paulo, o Movimento Passe Livre (MPL) vai até à Câmara Municipal em uma tentativa de debater a questão do aumento. Sem sucesso, no dia seguinte, o MPL realiza uma vigília em frente à Prefeitura de São Paulo. Estes tipos de protestos que são inspirados na Tradição Católica configuram o que Della Porta e Diani (1999) chamam ‘lógica do comportamento de vítima’, isto é, protestos que utilizam o recurso simbólico da vigília, longas marchas, rezas, procissões com uso de velas, caixões, funerais, e, em alguns casos, o risco de prisão e o sacrifício simbólico do sangue para convencer a opinião pública quanto ao comprometimento dos ativistas com a causa, bem como impactar e facilitar a difusão da mensagem do protesto.

O protesto, juntamente com outros tipos de participação institucional<sup>5</sup> ou não institucional, compõe o repertório de ação coletiva das organizações da sociedade civil e também dos movimentos sociais. Tilly (2006) define a noção de repertório de ação coletiva como um conjunto de retinas que são aprendidas, compartilhadas e atuadas por meio de um processo de escolha relativamente deliberativo. Repertórios, desta maneira, são criações culturais aprendidas (TILLY, 1995). Assim, as pessoas aprendem ao longo do tempo como organizar marchas públicas, como realizar petições, como presidir encontros formais com o governo, etc. A cada contexto histórico, explica Tilly (1995b), as pessoas aprendem maneiras de agir coletivamente.

Em Junho, os protestos atingem seu ápice de mobilização após a confirmação do aumento da tarifa em muitas cidades pelo Brasil. Além disso, foram realizadas ações de protestos em solidariedade à causa, por brasileiros e simpatizantes, em várias cidades fora do Brasil<sup>6</sup>. No caso da cidade de São Paulo, por exemplo, o ciclo de protestos se intensificou a

---

<sup>5</sup> Com o processo de redemocratização, o Estado torna-se mais permeável à sociedade civil. Começam a se propagar espaços participativos institucionalizados, os quais, apesar de seus problemas e desafios, permitem à sociedade civil interferir diretamente na gestão pública. Na última década, uma vasta bibliografia tem se detido sobre o tema da participação institucional, informando-nos acerca das novas possibilidades de aprofundamento da democracia, além de indicar caminhos para o aprimoramento destes espaços, tais como Dagnino, 2002; Coelho e Nobre, 2004; Avritzer, 2004.

<sup>6</sup> Podemos citar algumas, tais como Edmonton, Calgary, Montreal, Ottawa, Toronto e Vancouver, no Canadá; Boston, Nova York, Chicago, São Francisco, Los Angeles, San Diego, nos Estados Unidos; Cidade do México, no México; Santiago, no Chile; Córdoba e Buenos Aires, na Argentina; Copenhague, na Dinamarca; Colonia, Hamburgo, Frankfurt, Munique e Berlim, na Alemanha; Haia, na Holanda; Bruxelas, na Bélgica; Glasgow e Londres, no Reino Unido; Dublin, na Irlanda; Paris e Lyon, na França; Turim, Pádua, Bologna, Florença e Roma, na Itália; Barcelona, Valência, La Coruña

partir de 6 de Junho, pouco depois que a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo anunciaram o aumento das tarifas dos ônibus municipais, do metrô e dos trens urbanos de R\$ 3,00 para R\$ 3,20<sup>7</sup>. A partir de então, o número de participantes nos protestos aumentava a cada novo ato. Houve três manifestações que foram tomando corpo no mês de Junho, nos dias 6, 7 e 11, sendo que nas mesmas houve o uso de violência policial, o que levou ao ferimento de alguns manifestantes e policiais. No dia 13, os protestos ocorrem em mais cidades, tendo ampla participação popular.

Ao analisarmos, inicialmente, o que foram as ‘Jornadas de Junho’, temos duas hipóteses iniciais que se complementam. A primeira, de que houve uma inflexão em como a mídia relata e interpreta as ‘Jornadas de Junho’ e que o fator principal responsável para isso foi a questão do uso da violência, tanto por parte do Estado quanto por parte dos manifestantes. Acreditamos que tal inflexão, que teve grande influência e impacto nas ‘Jornadas’, ocorreu principalmente depois destes protestos ocorridos no dia 13 de Junho, devido ao fato de que, em São Paulo, especificamente, houve uma represália policial excessiva, que causou muitos feridos, incluindo vários jornalistas, além de um alto número de pessoas detidas para averiguação.

Assim, em relação à mídia ‘tradicional’ ou ‘formal’, se antes os manifestantes eram tratados, de certa forma, como ‘baderneiros’, e houve a condenação das manifestações e dos manifestantes, após estes episódios, as manifestações eram tratadas como pacíficas, e, desde que depurados os vândalos e criminosos, as manifestações eram aceitáveis. Isto é, do mesmo modo que a grande mídia constrói o repúdio às manifestações, ela também passa a alinhavar a noção de ações pacíficas como forma de atuação da sociedade civil. E, ainda, mudança de visão esta que, de certa forma, poderia ter influenciado na conquista da demanda

---

e Madrid, na Espanha; Porto, Coimbra e Lisboa, em Portugal; Nagoya, no Japão; Wuhan, na China; Brisbane, Gold Coast e Melbourne, na Austrália.

<sup>7</sup> Desde 5 de janeiro de 2011, o preço das tarifas dos ônibus municipais de São Paulo era de R\$ 3,00. O Orçamento da Prefeitura para o ano de 2011 já projetava o reajuste da tarifa de ônibus municipal para R\$ 2,90, entretanto, a gestão Gilberto Kassab (DEM, 2009-2012) decidiu autorizar o reajuste para R\$ 3,00. Com este novo valor, de R\$ 2,70 para R\$ 3,00, a tarifa ficou 11% mais cara. Por sua vez, o valor das tarifas dos trens urbanos e do metrô – ambos de propriedade do Governo do Estado de São Paulo –, que antes, era R\$ 2,90, foi reajustado pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos do Governo Estadual de Geraldo Alckmin (PSDB, 2011 - ...) pela última vez em 12 de fevereiro de 2012 também para R\$ 3,00, ou seja, um aumento de 3,45%. Entretanto, mesmo em maio, com o governo federal anunciando a publicação de uma medida provisória que desonerava o transporte público da cobrança de dois importantes impostos (PIS e COFINS), para evitar que os reajustes nas tarifas pudessem pressionar a inflação, e em sua campanha para a Prefeitura de São Paulo Fernando Haddad (PT, 2013 - ...) tendo declarado que não iria realizar reajustes no transporte público, ainda assim, as tarifas de ônibus, trens urbanos e metrô foram reajustadas para R\$ 3,20 a partir de 2 de junho, desencadeando muitos protestos na cidade.

dos protestos. Já em relação à mídia ‘alternativa’, acreditamos que, conforme o aumento de repressão policial, houve a tentativa de trazer e explicitar os momentos de violência e repressão policial, de forma a registrar tanto os atos dos manifestantes quanto os da Polícia para que tais registros pudessem ser usados pelos próprios manifestantes posteriormente, em caso de acusações policiais, e, principalmente, tinham a função de denunciar a própria mídia oficial.

Durante a segunda quinzena do mês de Junho houve manifestações diariamente em várias cidades do Brasil, a grande maioria majoritariamente pacíficas e com grande cobertura midiática. Após muitas manifestações, há o atendimento da pauta dos protestos. No caso de São Paulo e no Rio de Janeiro o anúncio foi feito no dia 19 de junho. Por volta do dia 20 de Junho, o ciclo de manifestações em torno do transporte público passou a agregar novas bandeiras e atores, como a Proposta de Emenda Constitucional 33<sup>8</sup> e a 37<sup>9</sup>, além das lutas contra a ‘Cura Gay’<sup>10</sup> e contra o ‘Ato Médico’<sup>11</sup>, bem como os gastos com a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e a Reforma Política, ampliando, desta forma, as lutas da sociedade civil e a tentativa de abrir novos canais de influência estatais e modificar e reelaborar as políticas públicas brasileiras. Neste momento, novos frames passam a compor as ‘Jornadas de Junho’, como ‘Queremos hospitais padrão FIFA’, ‘Contra a corrupção’.

Se temos por hipótese, assim, de ter ocorrido uma inflexão em relação à visão da mídia sobre as ‘Jornadas de Junho’ por volta do dia 13, temos como segunda hipótese de que, com a conquista da demanda principal, isto é, a redução das tarifas de transporte público, há um inflexão nos próprios protestos, o que faz com que as lutas se reorganizem, aglutinando novas pautas e demandas, inclusive, de certa forma, também, uma mudança no ‘alvo’ dos protestos, a saber, dos governos municipais e estaduais, para o governo federal.

---

<sup>8</sup> Proposta de Emenda Constitucional 33/2011, abreviada como PEC 33, é um projeto de lei brasileira que visa intervir na forma como é exercido o controle de constitucionalidade das leis no Brasil ao submeter as decisões do Supremo Tribunal Federal ao controle pelo Congresso Nacional.

<sup>9</sup> Proposta de Emenda Constitucional 37/2011, abreviada como PEC 37, foi um projeto legislativo brasileiro que, se aprovado, limitaria o poder de investigação criminal a polícias federais e civis, retirando-o de, entre outras organizações, o Ministério Público.

<sup>10</sup> Trata-se de um projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, presidido por Marco Feliciano (Partido Social Cristão), que anula trechos de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia de 1999 que proíbe os profissionais da área de colaborar com eventos e serviços que ofereçam tratamento para a homossexualidade e que também veda manifestações que reforcem preconceitos sociais em relação aos homossexuais.

<sup>11</sup> Atualmente, o Projeto de Lei 7.703/06, que leva popularmente o nome de Ato Médico, e que prevê uma nova regulamentação do exercício da Medicina no país, foi aprovado em Junho de 2013 no Senado, após tramitar por cerca de 11 anos no Congresso Nacional, e segue para sanção presidencial.

Diante das agitadas manifestações nas ruas e depois das conquistas dos ‘vinte centavos’, isto é, a revogação do aumento da tarifa de transporte público nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, vieram dias de desengavetamento de propostas governamentais, propostas estas que há muito tempo tramitavam nos espaços institucionais e que se não fosse os tempos ‘anormais’, talvez ainda continuassem engavetadas, como a aprovação do projeto no Senado que transformava a corrupção em crime hediondo; a derrubada da PEC 37 pela Câmara; os R\$ 43 milhões destinados à Copa do Mundo e à Copa das Confederações que foram barrados; a aprovação do projeto que destina 75% dos royalties do petróleo à educação e 25% à saúde; a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do fim do voto secreto para cassação de mandatos; o decreto do STF, ineditamente na redemocratização, da prisão imediata de um parlamentar condenado por formação de quadrilha e peculato em 2010.

**BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AVRITZER, Leonardo (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2004.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

DAGNINO, Evelina. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social Movements – An introduction*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.

DIANI, Mario; McADAM, Doug (eds). *Social movements and networks: Relational approaches to collective action*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular - Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.

DURHAN, Eunice. “Movimentos Sociais e a construção da Cidadania”, Revista Novos Estudos Cebrap, nº 10, outubro de 1984.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. New York: Harper & Row, 1974.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARICATO, Ermínia. *Reforma Urbana: Limites e Possibilidades: Uma Trajetória Incompleta*. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JR, Orlando Alves (orgs). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MARICATO, Ermínia. *O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática*. In: GONÇALVES, Maria Flora (org). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

MARICATO, Ermínia *et al*. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MAY, Tim. *Pesquisa Social – Questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NOAKES, John A; JOHNSTON, Hank. Frames of protest – a road map to a perspective. *In*: NOAKES, John A; JOHNSTON, Hank (ed). *Frames of protest – social movements and the framing perspective*. Oxford, UK: Rowman & Littlefield Publishers Inc, 2005.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. *In*: KOWARICK, Lúcio (Org). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo: Passado e Presente*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org). *Políticas Públicas, Volumes 1 e 2*, ENAP, Brasília, 2007.

TARROW, Sidney. *Poder em Movimento - Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

TILLY, Charles. *Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834*. *In*: TRAUGOTT, Mark. *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995b.

TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

ZALD, Mayer. Culture, Ideology and strategic framing. *In*: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D. *Comparative perspective on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.